



# MACABÉA

REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI  
ISSN 2316-1663

VOLUME 10, NÚMERO 1 | JAN-MAR 2021

<https://doi.org/10.47295/mren.v10i1.2705>

## A INFLUÊNCIA DAS GRAMÁTICAS LATINAS NAS GRAMÁTICAS DO INGLÊS



## THE INFLUENCE OF LATIN GRAMMARS IN THE ENGLISH GRAMMARS

CLARICE CRISTINA CORBARI  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, BRASIL

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | A AUTORA  
RECEBIDO EM 26/07/2020 • APROVADO EM 03/09/2020

---

### Abstract

This paper aims to discuss the influence of the Latin grammatical tradition on the development of the English grammars. After a brief historical account of the development of Western grammars in general, through literature review, I will discuss the legacy of traditional grammar in the production of the earliest English manuals for teaching grammar. I will also present a brief description of two English grammars of the 19th and 20th centuries for examining whether they would still present any element related to the influence of Latin grammar. The study showed that, although the earliest English grammars followed the Latin tradition and described English based on the categories of Latin, there had been, over the centuries, an oscillation between tradition and innovation, and, consequently, between prescription and description.

---

### Resumo

Este artigo objetiva discutir a influência da tradição gramatical latina na constituição das gramáticas de língua inglesa. Após um breve histórico da constituição das gramáticas ocidentais de modo geral, por meio de revisão de literatura, discute-se a herança da gramática tradicional na elaboração dos primeiros manuais de língua inglesa para o ensino da gramática. Faz-se, também, breve descrição de duas gramáticas de língua inglesa dos

séculos XIX e XX, para verificar se ainda haveria nelas algum elemento relacionado à influência da gramática do latim. O estudo mostra que, apesar de as primeiras gramáticas de língua inglesa alinharem-se à tradição gramatical latina e descreverem o inglês a partir das categorias do latim, houve, ao longo dos séculos, oscilação entre tradição e inovação e, conseqüentemente, entre prescrição e descrição.

---

### Entradas para indexação

---

**KEYWORDS:** Grammatical tradition. Latin grammar. English grammar. Prescription. Description.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tradição gramatical. Gramática latina. Gramática de língua inglesa. Prescrição. Descrição.

---

### Texto integral

---

## 1. INTRODUÇÃO

A origem das gramáticas ocidentais remonta a uma tradição de mais de dois milênios, que se inicia com os filósofos e gramáticos da Antiguidade clássica greco-latina, passando pelos escolásticos medievais, pelos autores do Renascimento e pelos gramáticos prescritivistas do século XVIII, até chegar aos dias de hoje. Com maior ou menor intensidade, essas gramáticas, também referidas pela designação geral de “gramática tradicional”, ressoam a tendência normativa da tradição, embora seja equivocado desconsiderar seu caráter por vezes descritivo. Azeredo (2010) afirma que o enfoque da gramática prescritiva ou normativa recai no ensino da língua na tradição escolar e na sociedade, mas ressalta que qualquer gramática normativa é essencialmente uma gramática descritiva, pois só se pode prescrever uma forma da linguagem se ela for identificada nos usos da língua.

Da mesma forma que ocorreu no processo de constituição das gramáticas de línguas como o português, o espanhol, o francês e o italiano, as gramáticas de língua inglesa receberam, especialmente em seu nascedouro, a influência da tradição greco-latina. É sobre esse tema que se debruça este artigo, por meio de revisão bibliográfica e análise de manuais gramaticais. Após um breve histórico da constituição das gramáticas ocidentais de modo geral, discute-se a herança da tradição gramatical greco-latina na elaboração dos primeiros manuais de língua inglesa para o ensino da gramática. Na sequência, faz-se breve descrição de duas gramáticas de língua inglesa dos séculos XIX e XX, respectivamente, para verificar se ainda haveria nelas algum elemento relacionado à influência da gramática do latim.

## 2. AS ORIGENS DA GRAMÁTICA: A TRADIÇÃO GRECO-LATINA

A gramática germinou no campo da filosofia. Na Grécia antiga (séc. V a.C.), o interesse pelos problemas fundamentais da linguagem traduzia-se em especulações filosóficas com vista à definição apropriada dos termos que constituíam uma

proposição, entendida como a expressão verbal de um juízo, o que resultou nas primeiras descrições de sintaxe e das partes do discurso (LYONS, 1979; MCARTHUR, 1985; WEEDWOOD, 2002). Para os lógico-gramáticos do mundo antigo, os elementos fundamentais necessários para a descrição de um enunciado eram o nome e o que se diz acerca dele, conceito que se manteve, de certa forma, na tradição gramatical greco-latina, pois

[...] *ónoma*, normalmente “nome”, e *rhēma*, “palavra”, “dito”, “frase”, vieram a assumir sentidos técnicos amplamente correspondentes a sujeito (= nome ou substituto do nome) e predicado (= verbo ou cópula mais adjetivo). A base dessa divisão é funcional e semântica, não é formal (WEEDWOOD, 2002, p. 29).

Diversos autores (LYONS, 1979; WEEDWOOD, 2002; ROBINS, 2004) apontam que os fundamentos da gramática tradicional foram lançados pelos estoicos, em virtude de seus estudos sobre etimologia – a busca do “verdadeiro” significado de um vocábulo a partir da análise de suas partes constituintes – e das diversas noções que desenvolveram: distinção entre forma e significado, redivisão e categorização mais precisa das classes de palavras, aprofundamento das noções de flexão e de caso, reconhecimento do caráter perfectivo e imperfectivo da ação expressa pelo verbo, diferenciação entre voz passiva e ativa e entre transitividade e intransitividade dos verbos, entre outros aspectos.

Os alexandrinos foram os primeiros a compilar uma gramática propriamente dita. Segundo Weedwood (2002, p. 33), “a gramática grega conheceu sua codificação definitiva na gramática de autoria atribuída ao erudito alexandrino Dionísio Trácio (século II a.C.)”. A gramática, então, deixou de ser filosófica, especulativa, e assumiu um caráter prático, técnico. Conforme descrevem Lyons (1979) e McArthur (1985), a investigação das regularidades da língua pelos alexandrinos resultou a) na distinção de oito partes do discurso (substantivo, verbo, conjunção, artigo, advérbio, particípio, pronome e preposição); b) no estabelecimento de “cânones” ou “paradigmas” de flexão; c) na classificação das palavras gregas segundo as categorias de caso, gênero, número, tempo, voz e modo; e d) na categorização dos desvios e irregularidades da língua. O tratado de Dionísio, **Tékhne Grammatiké**, compunha-se de seis partes, representando a configuração essencial que seria, em maior ou menor medida, seguida nos dois milênios seguintes: 1) Pronúncia correta; 2) Figuras de discurso na poesia; 3) Textos difíceis; 4) Etimologia; 5) Regras gramaticais; 6) Uma consideração crítica dos trabalhos de grandes poetas. Pode-se observar, na obra, a preocupação com a correção (especialmente na pronúncia) e o vínculo com a literatura, características que permaneceram na tradição gramatical; no entanto, nota-se a ausência de uma parte dedicada à sintaxe, conforme a compreensão que se tem atualmente do que seja análise sintática, pois a descrição das partes da frase tinha base semântica, e não funcional (LYONS, 1979; MCARTHUR, 1985).

Ressalta-se que, embora muitos estudiosos aceitem a obra de Dionísio como a fonte da tradição gramatical do Ocidente, Lyons (1979) esclarece que a história dessa gramática pertence mais propriamente à tradição linguística bizantina, pois

essa obra ficou praticamente desconhecida no Ocidente até sua primeira edição impressa, em 1727. Foi por via indireta, ou seja, por meio dos gramáticos latinos, que a doutrina gramatical grega se incorporou à tradição ocidental dominante.

A cultura romana, portanto, aplicou, em suas linhas gerais, o estudo dos gregos ao latim, mas imprimiu uma perspectiva normativa mais estrita, com ênfase no estudo do “certo e errado”. De acordo com Weedwood (2002), Marcos Terêncio Varrão (116-27 a.C.) elaborou uma gramática latina padrão, **De Lingua Latina**, com influências dos estoicos e dos alexandrinos. Conforme Lyons (1979), a obra de Varrão compunha-se de três partes: a arte de falar corretamente e de compreender os poetas; as partes do discurso, com variações de tempo, gênero, número, caso etc.; e discussão sobre o bom e o mau estilo, com advertências contra erros e barbarismos comuns e exemplos das figuras de linguagem recomendadas.

Segundo Weedwood (2002), no Império Romano, a educação visava à formação de oradores: os aprendizes concentravam-se no estudo da gramática e na análise de textos literários para, posteriormente, dedicarem-se à composição de discursos elegantes. Diversos gramáticos compilaram seus próprios manuais de ensino, que pertenciam a dois gêneros principais: *Schulgrammatik*, gramática escolar que continha uma exposição sistemática de categorias gramaticais e exemplos, mas sem exercícios, e *regulae*, gramática de regras em forma de uma lista alfabética de terminações para ajudar na identificação do gênero, da declinação ou da conjugação de palavras latinas (WEEDWOOD, 2002).

Na Idade Média, o latim era a língua de prestígio internacional da Europa, de modo que o termo *gramática* significou, por muito tempo, exclusivamente a gramática do latim. Lyons (1979) assinala que, além de ser a língua da liturgia e das Escrituras, o latim era também a língua universal da diplomacia, da erudição e da cultura, razão pela qual muitos manuais de gramática latina foram produzidos nessa época. Camara Jr. (1986) afirma que o ensino da gramática latina tinha como modelos os tratados de Donato e Prisciano, autores mais tardios da Antiguidade, cujos esforços estavam concentrados na conservação da norma do latim clássico em face do latim vulgar, o que resultou na ênfase ao estudo do “certo” e do “errado” na época medieval. A tradição greco-latina era tão poderosa que os europeus consideravam seus vernáculos, no início de caráter predominantemente oral, como línguas “bárbaras”, deficientes, e não as consideravam veículos “verdadeiros” para a literatura e para a filosofia.

A ênfase na norma, na Europa medieval, não significou o fim da orientação filosófica nas gramáticas. Para Lyons (1979), a abordagem filosófica se refletiu na tentativa dos escolásticos de reduzir todas as ciências, incluindo a gramática, a uma série de proposições cuja verdade poderia ser demonstrada conclusivamente por dedução, com base em princípios gerais, presumivelmente constantes e universais, e cabia à gramática científica, ou especulativa, a descoberta desses princípios. Ainda segundo esse autor, posteriormente, a partir do século XVII, observou-se o retorno desse viés filosófico de forma mais intensa, com o reavivamento dos ideais da gramática especulativa pelos mestres de Port-Royal: sua **Grammaire Générale et Raisonnée** (1660) objetivava demonstrar que a estrutura da língua era um produto da razão, e que as diferentes línguas eram apenas variedades de um sistema lógico e racional mais geral (veja-se ARNAULD; LANCELOT, 1975). Conforme Padley (2001), Port-Royal inaugurou o reinado da lógica como norma que influenciaria os

conceitos de categorias gramaticais e retomou a definição aristotélica de proposição lógica, com o esquema sujeito-predicado fornecendo o quadro essencial de todo enunciado e balizando a análise sintática. O seguinte trecho da Gramática Geral e Razoada ilustra o recurso à lógica, apontado por Lyons (1979) e Padley (2001): “It is an absolutely true rule of logic that in affirmative propositions, the subject draws the predicate to itself, that is, determines it”<sup>1</sup> (ARNAULD; LANCELOT, 1975, p. 112).

Buesco (1978) esclarece que, aos poucos, por vários fatores em conjunção, a utilização do latim começou a declinar na Europa ocidental. Percebeu-se que a gramática dos textos clássicos, objeto formal de instrução nas escolas, era diferente do latim vulgar, isto é, do latim usado para propósitos diários. Para reforçar o paulatino abandono do latim como língua franca, ocorreu um aumento do prestígio e da popularidade das línguas vernáculas europeias, o que levou as pessoas ao desejo de estudar as línguas “modernas” e provocou o início da produção de gramáticas dessas línguas. O progressivo movimento de imposição dos vernáculos em concorrência com o latim foi reforçado, na segunda metade do século XV, pela invenção da imprensa, que impulsionou o desejo de reproduzir textos com linguagem acessível, para um público infinitamente mais vasto. Provisões e decretos foram divulgados com vista à substituição do latim pelas novas línguas em formação (BUESCO, 1978).

Ainda segundo esse autor, a ininterrupta tradição gramatical greco-romana culminou, no Renascimento, em intensa produção de obras gramaticais e paragramaticais (apologias, defesas, louvores, ensaios normativos ou histórico-culturais, especulações dialéticas). Os humanistas preocuparam-se em transmitir as línguas e as literaturas do latim, do grego e do hebraico, que eram línguas mortas e, portanto, cristalizadas e investidas de certa aura sagrada. Contudo, nos séculos que se seguiram, desenvolveu-se o interesse pelas línguas vernáculas e por sua codificação, embora muitas gramáticas dessas línguas fossem elaboradas em conformidade com modelos concebidos para a descrição do latim (BUESCO, 1978). Spina (1987) entende que as primeiras gramáticas dessas línguas surgiram do desejo de tentar impor o estudo sistemático das línguas modernas em substituição ao latim, que ainda permanecia a língua defendida pelos humanistas. Camara Jr. (1986) destaca que o elogio e a defesa das línguas nacionais foram unânimes na Europa românica.

No entanto, apesar da feição diferenciada das línguas modernas em relação ao latim, as primeiras gramáticas dessas línguas foram influenciadas por gramáticas latinas, em virtude do prestígio e da utilização universal do latim (PADLEY, 2001). Manteve-se a concepção clássica de língua como a língua da literatura, e a literatura, quando se tornou objeto de estudos nas escolas e universidades, continuou a ser a obra dos “melhores autores” (LYONS, 1979). Padley (2001) confirma a grande influência que o latim ainda exercia na Europa renascentista ao informar que todos os países da Europa ocidental tinham, na primeira metade do século XVI, seu grande gramático do latim, cuja obra determinaria, em larga medida, o caráter dos primeiros gramáticos da língua materna: na Espanha, as **Introductiones Latinae**, de Antonio de Nebrija; na França, os **Commentarii Grammatici**, do flamengo Despautère; na Alemanha, a gramática latina de Melanchthon; e, na Inglaterra, a

---

<sup>1</sup> Tradução nossa: É uma regra de lógica absolutamente verdadeira que, em proposições afirmativas, o sujeito atrai o predicado para si, ou seja, determina-o.

**Shorte Introduction of Grammar**, dos humanistas William Lily e John Colet, que foi a única gramática latina a receber autorização real nesse país (PADLEY, 2001).

As primeiras gramáticas das línguas vernáculas foram produzidas, portanto, sob o conflito entre moldar uma gramática na configuração das gramáticas latinas ou apresentar uma obra que descrevesse ou normatizasse as especificidades das línguas que então estavam se constituindo. Entre elas, destacam-se a **Gramática de la Lengua Castellana**, de Nebrija, publicada em 1492 pela Universidade de Salamanca, na Espanha (BUESCO, 1978; SPINA, 1987); as **Regole**, publicadas na mesma época, na Itália (BUESCO, 1978); e as gramáticas de Estienne e Theodore Beze, na França (CAMARA JR., 1986). Esses gramáticos pioneiros encontraram dificuldades para impor a uma língua românica, que ainda era um emaranhado de usos sem qualquer codificação, o arcabouço de uma gramática concebida para o latim. No século seguinte, surgiram as primeiras gramáticas de língua portuguesa, como a **Grammatica da Lingoagem Portuguesa**, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, e **Gramática**, de João de Barros, de 1540 (BUESCO, 1978). Também data do século XVI a primeira gramática de língua inglesa, conforme se verifica na próxima seção.

### 3. A INFLUÊNCIA DAS GRAMÁTICAS LATINAS NAS PRIMEIRAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA INGLESA

Padley (1987) e Gilman (1989), entre outros autores, concordam que a primeira gramática da língua inglesa foi **Bref Grammar for English** (1586), de William Bullokar, concebida provavelmente para servir de introdução ao estudo posterior da gramática latina. Nela, Bullokar

[...] submete a língua a categorias gramaticais latinas cuja aplicação nenhuma marca formal justifica, menos ainda no inglês do que nas outras línguas européias. O adjetivo invariável do inglês é tratado como uma parte declinável do discurso, e o substantivo é dotado de cinco casos dos quais só um, o possessivo, é formalmente distinto em inglês. O tratamento dos casos e dos gêneros se baseia inevitavelmente em critérios semânticos em vez de formais, e Bullokar inventa se necessário formas para manter o paralelo com o latim (PADLEY, 1987, p. 62).

Algeo (1985) adverte, no entanto, que a mais antiga gramática do inglês de que se tem conhecimento é, na verdade, **Pamphlet for Grammar** (1586), de Bullokar, que teria sido erroneamente interpretada como duas obras distintas – **Pamphlet for Grammar** e **Bref Grammar for English** – devido a uma encadernação incorreta.

Na Inglaterra do século XVII, havia um forte desejo de regularizar a língua por meio de uma academia similar às estabelecidas na Europa – Accademia della Crusca, na Itália (1582), e Academie Française, na França (1635) –, instituídas com

o objetivo de fixar e difundir a língua, seguindo o “bom uso” dos maiores escritores da época, por meio da elaboração de gramáticas e dicionários padrão (GILMAN, 1989; COLE, 2003; BARBER; BEAL; SHAW, 2009).

Nesse período, outras gramáticas foram publicadas na Inglaterra, como a obra póstuma de Ben Jonson (1640), de caráter descritivista (mas ainda seguindo o modelo latino), destinada ao uso de estrangeiros (GILMAN, 1989). Porém, coube a John Wallis a tarefa de romper com a herança gramatical do latim, ao publicar, em 1653, a **Grammatica Linguae Anglicanae** – curiosamente, com o título em latim –, cuja proposta era seguir principalmente a feição particular da língua inglesa. Embora Wallis reconhecesse que as definições das partes do discurso seriam as mesmas em inglês e em latim, sua meta declarada era fazer emergir a estrutura de sua língua materna e demonstrar as divergências em relação ao latim e ao grego (PADLEY, 1987; GILMAN, 1989; COLE, 2003).

Barber, Beal e Shaw (2009) explicam a necessidade de regularização sentida pelos ingleses:

In Middle English and Early Modern English, there had been no standard spelling: spellings varied from writer to writer, and even within the work of one writer. [...] A powerful force for standardization was the introduction of printing, and by the middle of the sixteenth century, although there was still no standard system, there were quite a number of widely accepted conventions. By the end of the early modern period, spelling had become standardized in printed books, though there was still considerable variation in people’s private writings<sup>2</sup> (BARBER; BEAL; SHAW, 2009, p. 213).

Segundo Cole (2003), antes de 1650, havia tolerância com relação à variação, mas, com o tempo, principalmente devido à demanda da classe média ascendente por regras (de etiqueta social e de língua), cresceu a exigência de regularização, estandardização, codificação e unificação do inglês. Assim, popularizaram-se as discussões sobre gramática e sobre o uso “apropriado”, ancoradas na exigência de uma língua que fosse lógica, permanente e polida. Como o inglês não tinha uma gramática codificada, não havia segurança quanto à correção do que se falava ou se escrevia. O apelo a uma autoridade clássica – o latim – derivava da crença de que a gramática dessa língua, por sua lógica e clareza, era um padrão apropriado para modelar uma gramática inglesa.

No entanto, de acordo com Cole (2003), enquanto outros países da Europa tinham suas academias já instituídas e já produzindo dicionários e gramáticas, o clamor por uma academia inglesa foi gradualmente definhando, à medida que

---

<sup>2</sup> Tradução nossa: No Inglês Médio e no Inglês Moderno Precoce, não havia uma ortografia padronizada: as grafias variavam de autor para autor e até na obra do mesmo autor. Uma força poderosa para a estandardização foi a introdução da imprensa, e, por volta da metade do século XVI, embora não houvesse ainda um sistema padrão, havia um bom número de convenções amplamente aceitas. Por volta do fim do período moderno inicial, a ortografia tornou-se padronizada em livros impressos, embora ainda houvesse considerável variação nos escritos privados das pessoas.

dicionários e gramáticas privadas começaram a surgir. O projeto de uma academia inglesa não vingou, mas, conforme Lyons (1979), os preconceitos literários e filosóficos incorporados pela Academia Francesa, cuja origem está na Grécia e em Alexandria, arraigaram-se igualmente nos países de língua inglesa. O ideal de “purismo” da língua também se estabeleceu em solo inglês:

A commonly held belief about English was that there had been a prior age when the language was pure, and that it was desirable to restore English to its former state. [...] Whatever standard was to be chosen, it was felt that only by the exercise of some duly constituted authority could the continual degradation of English be stopped, or indeed, as some hoped, reversed<sup>3</sup> (COLE, 2003, p. 124)

Cole (2003) informa que os dois mais importantes substitutos para a academia foram o **Dictionary of the English Language** (1755), de Samuel Johnson, e **A Short Introduction to English Grammar** (1762), de Robert Lowth. A abordagem de Lowth era estritamente prescritiva: seu propósito era melhorar e corrigir a língua. Posicionava-se frequentemente contra o uso estabelecido e criticava quase todos os grandes escritores ingleses, acusando-os de utilizar “falsa sintaxe” ou “gramática ruim” (PALMER, 1971; GILMAN, 1989). Byfield (s.d.) identifica na gramática de Lowth a maioria dos postulados prescritivos que as pessoas ainda seguem hoje: Lowth condenava a utilização da dupla negativa, a divisão do infinitivo, a utilização da preposição em final de sentença e o uso da forma *ain't* em construções negativas. Essas ideias tinham diversas fontes, segundo Byfield (s.d.): tentativa de modelar o inglês a partir do latim, como é o caso da condenação da divisão do infinitivo e do uso da preposição no final da sentença, já que essa estrutura inexistia no latim; desejo de cientificidade, como é o caso de duas negativas formarem uma positiva, com base na matemática (lógica); e preferências pessoais de Lowth, como é o caso do uso de *ain't*. Tais prescrições, no entanto, não refletiam como as pessoas de fato falavam ou escreviam.

Também para Palmer (1971), muitas dessas regras são derivadas do latim, por muito tempo considerada uma língua mais “lógica” que o inglês. A regra de que se deve dizer *It is I* em vez de *It's me* é um típico exemplo de uma regra do latim transportada para o inglês: o verbo *ser* exige que o complemento esteja no mesmo caso que o sujeito, ou seja, no nominativo (na analogia com o latim, *I* corresponde ao nominativo, e *me*, ao acusativo, o que representava desobediência à regra). A lógica como fonte de regras normativas pode ser observada no caso das *double negatives*, como no enunciado *I didn't do nothing*, em que duas negativas (*didn't* e *nothing*) invalidariam uma à outra. Palmer (1971) questiona se elas não reforçariam uma à outra, e acrescenta que esse tipo de construção era normal nas formas anteriores do inglês e no grego clássico, e o é em algumas línguas românicas. Ainda uma terceira

---

<sup>3</sup> Tradução nossa: Uma crença comum sobre o inglês era a de que havia um período anterior em que a língua era pura, e que era desejável restaurar o inglês a seu estado anterior. [...] Qualquer que fosse o padrão a ser escolhido, achava-se que apenas pelo exercício de alguma autoridade devidamente constituída a degradação contínua do inglês poderia ser interrompida ou, como alguns esperavam, efetivamente revertida.



fonte de regras normativas do inglês, segundo Palmer (1971), é a crença de que a forma mais antiga é a melhor, como é o caso do favorecimento de *whom* em vez de *who* em *Whom did you see?*, ainda presente em algumas gramáticas modernas, apesar de seu uso restrito, pois quase todos os falantes usam *Who did you see?*.

Embora as gramáticas dos séculos XVII e XVIII sejam caracteristicamente prescritivas, abrem-se parênteses com relação a Priestley, que retomou a tradição descritiva de Jonson e Wallis em sua obra **Rudiments of English Grammar** (1761). Priestley era mais tolerante com relação aos usos estabelecidos, os quais Lowth considerava um erro. A gramática de Priestley gozou de algum sucesso, e suas opiniões eram tratadas com respeito, mas ele não foi tão imitado quanto Lowth por seus contemporâneos e sucessores (GILMAN, 1989; COLE, 2003).

As ideias de Lowth ganharam notoriedade após serem adaptadas para o uso em sala de aula. De acordo com Cole (2003, p. 134), “Lowth’s grammar had many imitators who spread the influence of this school of prescriptive grammars<sup>4</sup> [...]”, entre as quais a mais famosa foi **English Grammar** (1795), de Lindley Murray. Esse gramático escreveu também uma série de manuais, que, segundo Byfield,

[...] became so popular that they quickly became the standard English in American schools throughout much of the Nineteenth Century. With modifications, Murray’s “English Grammar” and Lowth’s Grammar have been the basis for textbook grammars ever since. With their unyielding rules, these textbooks have given at least eight generations of English-speakers the prescriptive attitude that inhibits people today<sup>5</sup> (BYFIELD, s.d., s.p.).

No século XIX, conforme Gilman (1989), a popularidade dos jornais e revistas conduziu a uma valorização do uso em detrimento da norma: os manuais de usos consistiam em comentários escritos primeiramente para um jornal ou revista, e posteriormente compilados e publicados em forma de livros. No entanto, obras inspiradas na gramática de Murray continuaram a se reproduzir.

Para McArthur (1985), os gramáticos ingleses nunca adquiriram um *status* de autoridade da mesma forma, por exemplo, que os franceses, em parte pelo fato de o inglês nunca ter tido uma academia, e em parte porque sua estrutura era bem menos alinhada à do latim que a estrutura das línguas românicas. Além disso, diferentemente das outras literaturas europeias, a literatura inglesa não era vista primordialmente como modelo de “bom uso”: Shakespeare, por exemplo, nunca foi seriamente considerado um guia para a escrita de bom inglês.

Muitos autores, como Palmer (1971) e McArthur (1985), referem-se às implicações da adoção da gramática do latim como modelo para as gramáticas de língua inglesa. O inglês não é uma língua flexionada na mesma extensão das latinas,

---

<sup>4</sup> Tradução nossa: A gramática de Lowth teve muitos imitadores que disseminaram a influência dessa escola de gramáticas prescritivas.

<sup>5</sup> Tradução nossa: [...] ficaram tão populares que eles rapidamente se tornaram o inglês padrão nas escolas americanas ao longo de boa parte do século XIX e a Gramática de Lowth tem sido a base para manuais gramaticais desde então. Com suas regras inflexíveis, esses manuais forneceram, a pelo menos oito gerações de falantes de inglês, a atitude prescritiva que até hoje inibe as pessoas.

mas, mesmo assim, foi tratada como tal nas primeiras gramáticas do inglês. A descrição dos casos do latim (nominativo, vocativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo) e das declinações era aplicada à descrição do inglês. As descrições das partes do discurso têm sua origem nas descrições de Dionísio, o Trácio: as gramáticas tradicionais assumem oito classes de palavras (substantivo, pronome, adjetivo – que inclui não apenas os adjetivos típicos, mas também os numerais ordinais, os artigos e os pronomes demonstrativos –, verbo, preposição, conjunção, advérbio e interjeição), seis delas idênticas à de Dionísio. Do latim, foram herdadas as categorias e, conseqüentemente, a nomenclatura: por exemplo, os termos utilizados para nomear as classes de palavras são de origem latina (*preposition, conjunction, adjective, verb, adverb* etc.).

Outra implicação da adoção do modelo latino de gramática é a atitude prescritiva daí derivada. Os defensores da “correção” não tinham critérios claros para suas prescrições, o que resultava em frequentes confusões e contradições. Algumas vezes, apelavam para a lógica; outras, para a etimologia, especialmente com relação ao significado das palavras: o significado “correto” era o original (BARBER; BEAL; SHAW, 2009). A definição das categorias era problemática, seguindo critérios ora semânticos, ora sintáticos, mas nunca morfológicos (PALMER, 1971). Segundo Lyons (1979, p. 3), “a teoria tradicional das ‘partes do discurso’, e as definições tradicionais que delas dá a gramática clássica, refletem [...] tentativas antigas e medievais de reunir à força as categorias da Gramática, da Lógica e da Metafísica”.

Alguns autores, como Algeo (1985; 1986) e Rodríguez-Navarro (s.d.), consideram exagerado o entendimento de que as gramáticas do inglês dos séculos XVIII e XIX seguiam fielmente a orientação da tradição gramatical latina, baseavam-se muito em critérios semânticos e eram predominantemente prescritivas. Esses autores sublinham que a maioria das primeiras gramáticas inglesas reconhecia as consideráveis diferenças estruturais entre o latim e o inglês, e explicava essas diferenças, muitas vezes de maneira inovadora, ainda que obedecendo ao requisito geral de descrição do inglês com as categorias gerais de latim (mas não de forma irrefletida). A principal razão para a aderência dos primeiros gramáticos do inglês aos padrões do latim era de ordem prática: “[...] to provide a grammatical description of English that was consonant with the inherited description of Latin, as an aid for English students studying Latin or for educated foreigners learning English”<sup>6</sup> (ALGEO, 1985, p. 205-206).

#### **4. DUAS GRAMÁTICAS DE LÍNGUA INGLESA DOS SÉCULOS XIX E XX: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO**

No que diz respeito às gramáticas de língua inglesa, Barber, Beal e Shaw (2009) afirmam que um corpo substancial de dogma foi legado aos séculos XIX e XX. Apesar de a linguagem passar a ter tratamento científico, ainda há manuais que

---

<sup>6</sup> Tradução nossa: [...] fornecer uma descrição do inglês que fosse consoante com a descrição herdada do latim, como um auxílio aos estudantes ingleses no estudo do latim ou aos estudantes estrangeiros instruídos no aprendizado do inglês.

ditam as regras tradicionais em aspectos da gramática, tais como o uso de preposições (*different to/from/than?*), a posição de *only* na sentença, a diferença entre *may* e *can* e entre *shall* e *will*, o caso dos pronomes (*“Who did you give it to?”* ou *“To whom did you give it?”*), a divisão dos infinitivos, o significado “correto” das palavras, entre outros aspectos.

McArthur (1985) observa que muito pouco mudou desde a classificação de Dionísio, o Trácio. Após o século XIX, vários gramáticos têm procurado adicionar novas distinções, mas com pouco sucesso. Os linguistas modernos têm introduzido uma variedade de novos termos que foram incorporados nas gramáticas, tais como *determinantes*, *intensificadores* e *quantificadores*, mas ninguém disputa a escolha de Dionísio.

Como mencionado anteriormente, a obra de Murray permaneceu em uso por um longo tempo e forneceu o modelo para os escritores de gramáticas escolares de décadas posteriores, como se pode comprovar pelo exame de uma gramática para falantes nativos, **A Grammar of the English Language**, de William Cobbett, publicada em 1819. Cobbett (2002 [1823]) critica a “falsa gramática” e os erros e “absurdos” cometidos por diversas personalidades da época (nem mesmo os discursos da realeza são poupados). Na introdução para a obra, Hattersley explicita a visão de Cobbett de que as regras da gramática eram imutáveis, absolutas, e uma extensão da lógica.

É possível observar vestígios do modelo latino na gramática de Cobbett: os substantivos apresentam, além da flexão de número e gênero (incluindo o neutro), os casos nominativo, possessivo (genitivo) e objetivo (acusativo), embora a única distinção de caso a possuir marca formal diferenciada, no substantivo do inglês, seja o genitivo; e os verbos apresentam quatro modos – infinitivo, indicativo, subjuntivo e imperativo –, ainda que, na maioria das vezes, não se distingam morfológicamente.

Uma ruptura com a gramática tradicional observada na obra de Cobbett é sua composição não usual, em forma de cartas direcionadas a seu filho James. A gramática está dividida em vinte e quatro “cartas” e seis “lições” adicionais, em vez dos tradicionais capítulos destinados às classes de palavras e às funções sintáticas. As Cartas I e II servem de introdução ao conteúdo da obra e apresentam uma definição de gramática e dos diferentes ramos, ou partes, que a compõem; as Cartas III a XI são dedicadas à etimologia, que, na obra de Cobbett, não focaliza a origem das palavras (conotação histórica), mas o relacionamento das palavras nas diversas classes; a Carta XII tece alguns comentários de advertência em relação aos capítulos antecedentes; as Cartas XIII a XX são dedicadas à sintaxe das diversas classes de palavras; as cartas XXI e XXII comentam exemplos de “falsa gramática”, erros e “absurdos” cometidos por personalidades da época; a Carta XXIII traz recomendações sobre como organizar as sentenças para redigir textos bem formados, além de abordar a linguagem figurada; a Carta XXIV introduz as “lições” (I a VI), que apresentam comentários do mesmo teor dos da Carta XXII. Ressalta-se que a originalidade da apresentação da obra, redigida em um estilo conversacional, é contrabalançada pela tradicional estrutura etimologia-sintaxe.

Para Cobbett, a gramática tem a função de ensinar como fazer uso das palavras de forma apropriada. O autor reforça, em várias ocasiões, a necessidade de conhecer a gramática e a nomenclatura para escrever bem, uma vez que, para colocar as palavras onde elas devem ser colocadas, é necessário conhecer certos

princípios e regras. Além disso, o gramático fornece exemplos de escritores que, mesmo sendo conhecedores da gramática, falham em veicular o que realmente pretendem. O uso frequente, na obra, dos verbos modais *must* (= deve, tem de) e *should* (= deveria) pode ser apontado como uma marca da atitude prescritiva do autor.

Com relação às gramáticas para estudantes estrangeiros, cita-se **A Comprehensive English Grammar**, de Eckersley e Eckersley (1983), publicada pela primeira vez em 1960. Nessa gramática, é possível verificar alguns resquícios da tradição latina: as listas de femininos e masculinos (gênero dos substantivos); a menção aos casos do substantivo, como na obra de Cobbett (2002 [1823]); os paradigmas verbais, ou seja, uma tabela mostrando a conjugação em todos os tempos verbais, ainda que a flexão verbal no inglês seja bem menos abundante que no latim; as classificações dos advérbios nas categorias de modo, tempo, lugar, grau (intensidade), interrogação, afirmação, negação, probabilidade (dúvida) e quantidade, cada uma delas elencando os advérbios mais comuns (ECKERSLEY; ECKERSLEY, 1983). Tais listas e paradigmas não são usais nas gramáticas de inglês mais recentes, a não ser, em alguns casos, a tabela das conjugações verbais (muitas vezes, em forma de apêndice).

No entanto, Eckersley e Eckersley afirmam rejeitar a prescrição como forma de “lapidar” a língua. Isso é expresso no texto introdutório, que tece considerações sobre a diferença entre as gramáticas modernas e as do passado, especialmente as do século XVIII, quando a língua inglesa estava sendo sistematizada. Naquela época, os gramáticos acreditavam que sua principal função era manter a língua “pura”, de modo que eles se propunham a erradicar os erros que corromperiam a língua e a formular regras que manteriam a língua no curso desejado.

Observa-se, por meio dessas duas gramáticas, portanto, que houve, ao longo dos séculos, relativo distanciamento do modelo tradicional (latino) de gramática, embora ainda se observem algumas ressonâncias desse modelo, especialmente na permanência do teor prescritivista, em alguma medida.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, quis-se mostrar que, embora a língua inglesa não tenha origem latina, o fato de o latim exercer grande influência na Europa renascentista resultou em que também os países de línguas germânicas tivessem suas primeiras gramáticas calcadas em modelos concebidos para a descrição do latim, devido ao prestígio e à utilização universal dessa língua. Os países da Europa ocidental, incluindo a Alemanha e a Inglaterra, tiveram gramáticos do latim que se tornaram referência em seus países, e suas obras influenciariam a conformação das primeiras gramáticas da língua materna de cada país. O latim também teve grande importância no contexto educacional da Inglaterra: gramáticas do latim circulavam nos meios escolares e havia instituições para o ensino do latim (*grammar schools*).

A abordagem prescritivista se manteve por certo tempo nas gramáticas de língua inglesa, embora os gramáticos, muitas vezes, reconhecessem a feição diferenciada do inglês em relação ao latim e referenciassem descritivamente os usos

do inglês. Nesse sentido, ressalta-se a diferença observada nas gramáticas do inglês em relação às do latim, que é o não alinhamento à concepção de língua como a língua da literatura, a língua dos “melhores autores”. Portanto, a história da constituição das gramáticas de língua inglesa é marcada por continuidades e rupturas, com aderência ora à tradição, ora à inovação, e de modo a refletir a norma em dois sentidos: o que é normativo, ideal (prescrição) e o que é normal, do uso (descrição).

---

## Referências

---

ALGEO, J. The Earliest English Grammars. *In*: ARN, M. J.; WIRTJES, H.; JANSEN, H. (Ed.). **Historical and Editorial Studies in Medieval and Early Modern English**: for Johan Gerritsen. Groningen: Wolters-Noordhoff, 1985. p. 191-207.

ALGEO, J. A Grammatical Dialectic. *In*: LEITNER, G. (ed.). **The English Reference Grammar**: Language and Linguistics. Tübingen: Max Niemeyer, 1986. p. 307-333.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **General and Rational Grammar**: The Port-Royal Grammar. Ed. and transl. Jacques Rieux and Bernard E. Rollin. The Hague; Paris: Mouton, 1975.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BARBER, C.; BEAL, J. C.; SHAW, P. A. **The English Language**: A Historical Introduction. 2<sup>nd</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUESCO, M. L. C. **Gramáticos Portugueses do Século XVI**. Amadora (Portugal): Icalp, 1978. (Série Pensamento e Ciência).

BURCHFIELD, R. W. (Ed.) **The New Fowler's Modern English Usage**. 3rd. ed. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BYFIELD, B. **Tech Writers, Grammar, and the Prescriptive Attitude**. s.d. Disponível em: <https://techwhirl.com/tech-writers-grammar-and-the-prescriptive-attitude/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CAMARA JR., J. M. **História da Lingüística**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COBBETT, W. **A Grammar of the English Language**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002 [1823]. (Série Oxford Language Classics).

COLE, S. A. N. The Rise of Prescriptivism in English. **Umm Al-Qura University Journal of Educational, Social Sciences & Humanities**, Meca, v. 15, n. 2, jul. 2003, p. 117-141. Disponível em:

<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.610.5492&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ECKERSLEY, C. E.; ECKERSLEY, J. M. **A Comprehensive English Grammar**. Harlow: Longman, 1983 [1960].

GILMAN, E. W. (ed.) **Webster's Dictionary of English Usage**. Springfield (Mass.): Merriam-Webster, 1989, p. 7-11.

LYONS, J. **Introdução à Lingüística Teórica**. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional; Edusp, 1979.

MCARTHUR, T. **A Foundation Course for Language Teachers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

PADLEY, G. A. A Norma na Tradição dos Gramáticos. *In*: BAGNO, M. (Org.). **Norma Lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 55-96.

PALMER, F. **Grammar**. Harmondsworth: Penguin Books, 1971.

ROBINS, R. H. **Pequena História da Lingüística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

RODRÍGUEZ-NAVARRO, L. Q. **Relevant Features in the Description of the English Verb in some 18th and 19th Century Grammars**. s.d. Disponível em: [https://www.ugr.es/~lquereda/verb\\_in\\_18.htm](https://www.ugr.es/~lquereda/verb_in_18.htm). Acesso em: 18 jul. 2020.

SPINA, S. **História da Língua Portuguesa: Segunda Metade do Século XVI e Século XVII**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Fundamentos, 3).

WEEDWOOD, B. **História Concisa da Lingüística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

---

#### Para citar este artigo

---

CORBARI, C. C. A influência das gramáticas latinas nas primeiras gramáticas do inglês. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 10, n. 1, 2021, p. 83-96.

---

#### A Autora

---

CLARICE CRISTINA CORBARI é doutora em Letras, docente do curso de graduação em Letras e do Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)